

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores do
Fórum brasileiro de segurança pública
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Fórum Brasileiro de Segurança Pública ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos decorrente da limitação descrita no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião com ressalva

Reconhecimento de receitas de projetos pelo regime de caixa

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 09 os recursos recebidos de contratos firmados para realização de projetos são reconhecidos como receita quando os recursos são aplicados aos respectivos projetos, e os montantes ainda não utilizados são registrados na rubrica de Projetos a realizar, classificada no passivo circulante. A Entidade não nos forneceu a documentação suporte para validação dos procedimentos mencionados acima. Consequentemente, não nos foi possível concluir sobre a adequação do saldo registrado na rubrica de Projetos a realizar no montante de R\$ 1.078.409, classificado no passivo circulante, e sobre a receita de projetos reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza sobre a continuidade operacional

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública depende de contratação de projetos, recebimento de doações a anuidades para a continuidade de suas operações, além disso, nos últimos anos a Entidade vem apresentando déficits seguidos e seu patrimônio líquido apresenta-se negativo no montante de R\$ (231.602). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório com modificação de opinião em 17 de junho de 2016, referente ao não reconhecimento do trabalho voluntário no resultado do exercício.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de maio de 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido (Passivo a descoberto)			
	Nota explicativas	2016	2015		Nota explicativas	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.125.173	1.405.634	Fornecedores		9.812	19.169
Contas a Receber	5	53.700	33.900	Obrigações trabalhistas	7	92.088	126.708
Impostos a recuperar		14.971	57.431	Obrigações tributárias		39.106	23.826
Despesas do exercício seguinte		3.819	7.254	Projeto Ministério da Justiça	8	49.409	335.503
Outros créditos		18.893	9.546	Projetos a realizar	9	1.078.409	826.805
		<u>1.216.556</u>	<u>1.513.765</u>			<u>1.268.824</u>	<u>1.332.011</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais		-	44.703	Provisão para contingências	10	219.994	244.697
Imobilizado	6	40.660	46.732			<u>219.994</u>	<u>244.697</u>
Intangível		-	544				
		<u>40.660</u>	<u>91.979</u>				
				Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
				Patrimônio social	11	29.036	237.927
				Déficit do exercício		(260.638)	(208.891)
						<u>(231.602)</u>	<u>29.036</u>
Total do ativo				Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
		<u><u>1.257.216</u></u>	<u><u>1.605.744</u></u>			<u><u>1.257.216</u></u>	<u><u>1.605.744</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Demonstrações do resultado
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

	Nota explicativa	2016	2015
Receitas Operacionais			
Com restrição			
Projetos privados		3.086.758	2.133.064
Projeto Ministério da Justiça		-	154.458
		<u>3.086.758</u>	<u>2.287.522</u>
Sem restrição			
Prestações de serviços	13	746.318	417.603
Trabalho voluntário	14	32.600	-
Anuidade		90.700	88.029
Doações	12	-	313.055
Receitas financeiras	17	78.838	75.408
		<u>948.456</u>	<u>894.095</u>
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	15	(1.341.043)	(857.572)
Despesas gerais e administrativas	16	(2.830.432)	(2.500.751)
Despesas tributárias		(49.858)	(1.898)
Provisão para demandas judiciais		(20.000)	-
Despesas financeiras	17	(22.159)	(30.286)
Trabalho voluntário	14	(32.600)	-
Outras (despesas)/receitas operacionais		240	-
Total de despesas operacionais		<u>(4.295.852)</u>	<u>(3.390.507)</u>
Déficit do Exercício		<u>(260.638)</u>	<u>(208.891)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	2016	2015
Déficit do exercício	<u>(260.638)</u>	<u>(208.891)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(260.638)</u></u>	<u><u>(208.891)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) (Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit/(déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	563.642	(325.715)	237.927
Transferência do déficit acumulado do exercício anterior	(325.715)	325.715	-
Déficit do exercício	-	(208.891)	(208.891)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	237.927	(208.891)	29.036
Transferência do déficit acumulado do exercício anterior	(208.891)	208.891	-
Déficit do exercício	-	(260.638)	(260.638)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	29.036	(260.638)	(231.602)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

	2016	2015
Déficit do exercício	(260.638)	(208.891)
Ajustado por:		
Amortizações	11.128	16.274
Provisões para contingências	(20.000)	4.095
	<u>(269.510)</u>	<u>(188.522)</u>
Aumento/Redução nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(19.800)	(33.900)
Impostos a recuperar	42.460	(39.690)
Despesas do exercício seguinte	3.435	(6.446)
Outros créditos	(9.347)	11.454
Depósitos Judiciais	44.703	(4.095)
Fornecedores	(9.357)	(2.688)
Obrigações trabalhistas	(34.620)	84.260
Obrigações tributárias	15.280	7.407
Projeto Ministério da Justiça	(286.094)	335.503
Projetos a realizar	251.604	383.797
Provisão para contingências	(4.703)	-
Caixa gerado (consumido) nas atividades operacionais	<u>(275.949)</u>	<u>547.080</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
(Adições)/baixas de bens para o ativo imobilizado	(4.512)	(26.859)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	<u>(4.512)</u>	<u>(26.859)</u>
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>(280.461)</u></u>	<u><u>520.221</u></u>
Caixa no início do período	1.405.634	885.413
Caixa no final do período	1.125.173	1.405.634
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>(280.461)</u></u>	<u><u>520.221</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública ("Entidade" ou "Fórum") é uma associação de direito privado, apartidária, sem fins lucrativos e com fins não econômicos, de âmbito nacional, tendo como objetivo social a promoção da paz, da cidadania e dos direitos humanos, por meio de ações que facilitem o intercâmbio e a difusão de ideias e conhecimentos para o aperfeiçoamento da organização policial, das práticas policiais e dos serviços de segurança pública no Brasil, a fim de promover a redução da criminalidade, da violência e da sensação de insegurança da sociedade.

Para cumprimento de seu objetivo social, o Fórum observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, sem qualquer discriminação de etnia, cor, sexo, opção sexual, região ou religião, podendo desenvolver as seguintes atividades:

- Manutenção da Entidade como um espaço institucional para a colaboração continuada entre policiais, gestores, pesquisadores e lideranças sociais comprometidos com o tema da segurança no Brasil;
- Realização de pesquisas e estudos na área da atuação policial e das políticas e programas de segurança no Brasil;
- Produção e edição de publicações, manuais e materiais didáticos relacionados à sua missão;
- Realização de cursos, oficinas e outras iniciativas adequadas à disseminação no plano nacional de conhecimentos e práticas inovadoras e eficazes na área da segurança pública, em especial nas atividades de policiamento;
- Articulação de parcerias com entidades de direito público e privado na área de atuação da Entidade;
- Outras atividades que se mostrem adequadas para a realização dos objetivos gerais do Fórum ao longo da sua atuação.

2. Base para apresentação das demonstrações contábeis.

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidades sem Finalidade de Lucros" ("ITG 2002 (R1)"), combinada com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.255/09, que aprovou a NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ("NBC TG 1000 (R1)").

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva em 24 de maio de 2017.

b) Imunidade tributária

A Entidade está cumprindo todos os requisitos do artigo 14 do Código Tributário Nacional - CTN, o qual torna imunes as instituições que não distribuem os resultados e que aplicam seus recursos em território nacional. A Entidade também se enquadra na Lei nº 9.790/99 da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, regulamentada pelo Decreto nº 3.100/99, a qual permite a remuneração dos cargos de diretoria a valor de mercado.

c) Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1), a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

- Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), exceto sobre as receitas financeiras;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- PIS sobre as receitas, havendo incidência do PIS sobre folha de pagamento;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas próprias.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais com centavos suprimidos, exceto quando indicado de outra forma.

e) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros foram contabilizados e estão sendo apresentados conforme disposições integrais da Seção 11 e Seção 12 da NBC TG 1000 (R1).

Reconhecimento e mensuração

A entidade reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando tornar-se parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos ou passivos financeiros básicos são reconhecidos pelo custo da operação, a menos que o acordo constitua, de fato, uma transação financeira. Se o acordo constitui uma transação financeira, a Entidade avalia os ativos e passivos financeiros com base no valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa de juros de mercado para instrumento de dívida semelhante.

A Entidade desreconhece (baixa) um ativo financeiro apenas quando (i) os direitos contratuais para os fluxos de caixa do ativo financeiro vençam ou sejam liquidados; (ii) a Entidade transfira para outra parte praticamente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro; (iii) a entidade, apesar de ter retido alguns riscos e benefícios relevantes da propriedade, transferiu o controle do ativo para outra parte e a outra parte tem a capacidade prática de vender o ativo na íntegra para terceiros não relacionados, e é capaz de exercer essa capacidade unilateralmente, sem precisar impor restrições adicionais à transferência.

A Entidade desreconhece um passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) apenas quando ele é extinto - ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é cumprida, cancelada ou expira.

b) Caixa e equivalente de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, os quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado seguindo o regime de competência. As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa das anuidades a receber, são provisionadas no montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, na realização dos saldos a receber.

d) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 6. Os gastos necessários para manter os bens em funcionamento são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

e) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

f) Projetos a realizar

Referem-se a contratos firmados para a realização de projetos com instituições privadas. Os recursos provenientes dos contratos de projetos são contabilizados como receitas, quando não aplicados nos respectivos projetos, em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela remanescente a ser aplicada nos projetos.

g) Provisão para demandas judiciais

Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

h) Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro 2016 e 2015
(Valores expressos em Reais)

i) Patrimônio Líquido

Representa o acréscimo dos superávits/déficits apurados anualmente desde de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

j) Apuração do resultado

O resultado foi apurado segundo o regime de competência.

Receitas com restrições

As receitas obtidas com a celebração e execução de projetos que implicam em contrapartidas para a organização (entrega de produtos, pesquisas, atividades e prestações de contas). São registradas na conta projetos a realizar no passivo circulante e, na medida em que as ações previstas no plano de trabalho são executadas, as receitas são apropriadas em conta de resultado própria.

Receita sem restrições

As receitas sem restrições (prestação de serviços, anuidade e doações sem contrapartida específica) são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Sem restrição		
Caixa	17.482	15.024
Bancos	1.501	56
Aplicações Financeiras	194.652	228.246
Total	<u>213.635</u>	<u>243.326</u>
Com restrição		
Bancos	164.591	45.592
Aplicações Financeiras	746.947	1.116.716
Total	<u>911.538</u>	<u>1.162.308</u>
	<u>1.125.173</u>	<u>1.405.634</u>

Os saldos de caixa e bancos são representados, principalmente, por contas-correntes mantidas em instituições financeiras nacionais.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro 2016 e 2015
(Valores expressos em Reais)

As aplicações financeiras são realizadas com instituições financeiras nacionais e refletem as condições usuais de mercado. São substancialmente compostas por aplicações de renda fixa remuneradas pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os recursos com restrição, referem-se aos recursos recebidos por meio de contratos firmados para a realização dos projetos descritos nas Notas Explicativas nº 8 e 9.

5. Contas a receber

	2016	2015
Contribuições a receber	62.400	33.900
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(8.700)	-
Saldo Total	<u>53.700</u>	<u>33.900</u>

6. Imobilizado

a) Composição do Imobilizado

Descrição	Taxa anual de Depreciação (%)	2016		2015	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalação	10	14.372	(9.137)	5.235	6.673
Máquinas e equipamentos	10	2.100	(2.100)	-	118
Móveis e utensílios	10	62.467	(29.285)	33.182	34.347
Equipamentos de Informática	20	66.913	(65.344)	1.569	4.617
Equipamentos de Telefonia	10	3.302	(2.628)	674	977
		<u>149.154</u>	<u>(108.494)</u>	<u>40.660</u>	<u>46.732</u>

O ativo imobilizado da Entidade está livre de garantias ou penhor.

b) Movimentação

Descrição	Saldos em 2015	Adições	Baixas	Saldos em 2016
Instalações e equipamentos	14.372	-	-	14.372
Máquinas e equipamentos	2.100	-	-	2.100
Móveis e utensílios	57.955	4.512	-	62.467
Equipamentos de Informática	66.913	-	-	66.913
Equipamentos de telefonia	3.302	-	-	3.302
(-) Depreciação acumulada	(97.910)	(10.584)	-	(108.494)
	<u>46.732</u>	<u>(6.072)</u>	<u>-</u>	<u>40.660</u>

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro 2016 e 2015
(Valores expressos em Reais)

7. Obrigações trabalhistas

Descrição	2016	2015
Salários a pagar	-	2.076
Férias a pagar	(2.307)	-
INSS a pagar	20.797	28.941
FGTS a pagar	5.412	4.193
Contribuição sindical	115	115
PIS sobre folha	1.060	869
IRRF sobre folha	9.990	9.192
Provisão de férias	57.020	81.322
	<u>92.088</u>	<u>126.708</u>

8. Projeto Ministério da Justiça

Durante o exercício de 2015, o Fórum Brasileiro firmou o termo de parceria nº 817.052/2015, denominado "Pesquisa e análise de dados vinculados ao campo da segurança pública e sistema penitenciário", executado em parceria com o Ministério da Justiça, com o objetivo de realizar um diagnóstico do atual cenário da produção de dados nas temáticas de segurança pública e sistema prisional em âmbito nacional, através do mapeamento das principais bases de dados, do diagnóstico dos setores de estatísticas e da elaboração de relatórios descritivos e analíticos com base em dados secundários.

Os valores de repasses recebidos e sua destinação estão demonstrados a seguir:

Descrição	2016	2015
No início do exercício	335.503	-
Repasses recebidos do Ministério da Justiça	-	489.961
Gastos com custeio das atividades	(286.094)	(154.458)
No final do exercício	<u>49.409</u>	<u>335.503</u>

9. Projetos a realizar

Por força dos contratos firmados para a realização de projetos, a Entidade está obrigada a cumprir determinados requisitos, os quais são periodicamente avaliados por meio de prestações de contas submetidas às instituições privadas. No caso de não cumprimento desses requisitos contratuais, a Entidade poderá sofrer penalidades que podem incorrer na devolução dos recursos recebidos.

Os recursos provenientes dos contratos de projetos são contabilizados como receitas, quando não aplicados nos respectivos projetos, em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela remanescente a ser aplicada nos projetos.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro 2016 e 2015

(Valores expressos em Reais)

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua respectiva movimentação:

Descrição	2015	Ingressos de Recursos	Utilização de Recursos	2016
FORD0150-0365	9.628	328.650	(307.642)	30.636
LAFER 2016	95.942	102.006	(136.145)	61.803
OSF 2014/16401	116.899	-	(79.430)	37.469
OSF2015/21610	40.062	-	(40.062)	-
OSF2015/22390	438.183	711.133	(839.950)	309.366
OSF2014/13784	110.596	-	(81.640)	28.956
Banco Mundial	-	115.707	(113.758)	1.949
OSF 2014/15237	14.599	-	(14.599)	-
OSF 2014/20269	896	-	(896)	-
AVON	-	111.500	(49.153)	62.347
FORD IEE-CNV3252013	-	62.300	(19.263)	43.037
Cruz Vermelha	-	50.000	(34.826)	15.174
OSF 2016/30307	-	674.782	(296.586)	378.196
OSF 2016/28387	-	298.012	(227.287)	70.725
Governo do Canadá	-	38.814	(63)	38.751
Total	826.805	2.492.904	(2.241.300)	1.078.409

Os projetos em andamento da entidade visam a melhoria no setor da segurança pública através de pesquisa e fornecimento de dados para análises dos órgãos competentes, os projetos acima possuem os seguintes objetivos:

- (I) Ford 0150-0365- Desenvolvimento e manutenção institucional da organização, por meio da continuidade das atividades de geração de conhecimento e do desenvolvimento de ações de planejamento, comunicação e inovação;
- (II) Instituto Betty e J. Lafer/ 2016 - criar base de conhecimento sobre financiamento da segurança pública no Brasil e identificar possibilidades para o aperfeiçoamento da área, por intermédio de uma proposta de monitoramento, padronização e classificação contábeis capazes de dar mais eficiência ao gasto público;
- (III) OSF 2014/16401 - Mapear as principais iniciativas de redução de homicídios na América Latina e no Caribe, oferecendo uma visão crítica e independente dessas políticas que possa servir como inspiração para gestores públicos e sociedade civil, e incentivar a discussão e a adoção de novas iniciativas em termos de prevenção de homicídios;
- (IV) OSF 2015/21610 - Organizar uma Conferência Regional sobre a qualidade dos dados de homicídio na América Latina e no Caribe;
- (V) OSF 2015/22390 - Prestar assistência técnica ao Ministério da Justiça do Brasil para projetar, monitorar e avaliar a implementação de um Pacto Nacional pela Redução de Homicídios;
- (VI) OSF 2014/13784 - Fortalecer o trabalho do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, principalmente através do desenvolvimento de seus produtos institucionais e atividades estratégicas, a fim de avançar a agenda de reforma da segurança pública no Brasil;

- (VII) Banco Mundial 7177641 - Coletar informações qualificadas em nível local, a fim de contribuir para a elaboração de intervenções de prevenção da violência e para a implementação de políticas baseadas em evidências;
- (VIII) OSF 2014/15237 - Criar uma rede de especialistas e gestores públicos da América Latina, a fim de formular recomendações para melhorar a qualidade dos dados de homicídios na região e propor padrões internacionais de qualidade dos dados;
- (IX) OSF 2015/20269 - Reorganizar estrutura de governança do FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) para que se adeque ao novo contexto do país e ao novo momento institucional da organização;
- (X) Avon - Produzir uma Casoteca de Proteção à Mulher expondo estudos de casos de boas práticas e experiências bem-sucedidas nas instituições policiais de atendimento às violências doméstica e sexual;
- (XI) Ford IEE-CNV3252013 - Desenvolver um plano estratégico de comunicação e garantir apoio jurídico para atender a demandas urgentes;
- (XII) Cruz Vermelha - Realizar um estudo para apresentar um mapa geral da problemática de violência urbana no Brasil e suas consequências;
- (XIII) OSF 2016/30307 - Desenvolvimento e manutenção institucional da organização, por meio da continuidade das atividades de geração de conhecimento e do desenvolvimento de ações de planejamento, comunicação e inovação;
- (XIV) OSF 2016/28387 - Realizar uma avaliação de impacto do projeto "Paz e Justiça", desenvolvido pela Associação para uma Sociedade Mais Justa (ASJ) em Honduras;
- (XV) Governo do Canadá - Compreender o que a sociedade brasileira entende ser o papel das polícias em casos de violência contra as mulheres, por meio da realização de um survey nacional, de modo a produzir subsídios para a elaboração de protocolos de atendimento pelas instituições policiais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro 2016 e 2015
(Valores expressos em Reais)

10. Provisão para demandas judiciais

A Entidade está sujeita a processos fiscais, trabalhista, cíveis e outras. Em bases periódicas, a administração revisa a posição de processos, avalia as probabilidades de eventuais perdas e ajusta a respectiva provisão, quando aplicável, considerando opinião de seus assessores legais e os demais dados disponíveis na data de encerramento dos exercícios, tais como a natureza dos processos e os dados históricos. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a movimentação dos processos com probabilidade de perda provável, estão assim demonstradas:

Descrição	2016	2015
Saldo em 1º de janeiro (*)	244.697	240.602
Provisão(***)	20.000	-
Baixa da provisão (**)	(44.703)	-
Atualização	-	4.095
	<u>219.994</u>	<u>244.697</u>

(*) Durante o exercício de 2014 a entidade constituiu provisão para contingência no valor de R\$ 199.994, vinculado ao contrato nº 017/2012 junto à Secretaria de Segurança Pública da Bahia;

(**) Corresponde à baixa da provisão de R\$ 44.703, do processo judicial relativo à cobrança em duplicidade do ISS sobre a prestação de serviços realizados no Município de Canoas-RS. A entidade obteve êxito na ação judicial, solicitando ao juízo a definição do local de recolhimento do ISS (Município de São Paulo/SP ou de Canoas/RS);

(***) Durante o exercício de 2016 a entidade constituiu provisão para demanda judicial trabalhista no valor de R\$ 20.000, referente a uma ação trabalhista.

11. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social, acrescido do resultado do período (superávit/déficit) ocorrido.

O Fórum não distribui aos seus associados, conselheiros, diretores ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferido mediante o exercício de suas atividades, aplicando tais valores integralmente na consecução do seu objetivo social.

Dessa forma, o déficit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro 2016 e 2015
(Valores expressos em Reais)

12. Doações

As doações são recebidas por meio de depósitos identificados em conta corrente bancária em nome da Entidade ou pela utilização de recursos tangíveis ou não que lhe sejam disponibilizados a qualquer título por pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacionais ou estrangeiras. Os doadores são entidades jurídicas identificadas e legalmente constituídas no Brasil e no exterior, para as quais são emitidos recibos de doação conforme previsto pela legislação vigente.

13. Prestações de serviços

Descrição	2016	2015
Receita com prestação de serviços	825.753	455.689
Impostos incidentes	(79.435)	(38.086)
Receita Líquida de serviços	<u>746.318</u>	<u>417.603</u>

As receitas de prestação de serviços são oriundas de contratos firmados pela organização com órgãos públicos ou internacionais no âmbito da segurança pública. No exercício de 2016, foram executados contratos firmados com:

- (I) Escola Superior do Ministério Público da União (Contrato 11/2014) - Realização do projeto "A investigação dos crimes contra a Administração Pública no Brasil";
- (II) Casa Civil do Estado do Ceará (Contrato 044/2015) - Realização do projeto "Pesquisa, desenvolvimento do modelo de gestão e monitoramento do programa pacto por um Ceará pacífico";
- (II) Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação de Teresina (Contrato PMT/SEMPLAN/UGP LAGOAS DO NORTE Nº 29/2015) - Realização de "Diagnóstico da Situação da Violência em Teresina, e como parte integrante deste, um Diagnóstico da Situação da Violência na Região das Lagoas do Norte";
- (IV) Conselho Nacional de Justiça (Contrato 17/2016) - Realização do projeto "Audiência de custódia, prisão provisória e medidas cautelares: obstáculos institucionais e ideológicos à efetivação da liberdade como regra";
- (V) Banco Mundial (Contrato 7180518) - Fornecer insumos para a implementação de programas de prevenção da violência em nível local, principalmente nas cidades de Fortaleza, Recife e Belo Horizonte.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro 2016 e 2015
(Valores expressos em Reais)

14. Trabalho voluntário

Em atendimento à Normas Brasileiras de Contabilidade ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidades de Lucros, a Associação registrou contabilmente em 2016 o montante de R\$ 32.600 como trabalho voluntário dos membros do Conselho de Administração.

A estimativa desses valores foi realizada com base nas horas dedicadas pelos membros do Conselho às atividades do Fórum.

O montante foi contabilizado em contas específicas de receita e de despesa, não afetando o resultado do período e não ocorrendo desembolso financeiro pela entidade.

15. Despesas com pessoal

Descrição	2016	2015
Salários e autônomos	(808.667)	(353.635)
13 Salário	(43.961)	(32.997)
Encargos Sociais	(265.564)	(213.619)
Férias	(38.035)	(60.022)
Bolsa auxílio	(34.450)	(53.325)
Vale transporte	(10.645)	(11.540)
Rescisões	-	(24.602)
Vale alimentação e refeição	(51.158)	(46.878)
Assistência médica e odontológica	(44.336)	(44.079)
Outras despesas	(44.227)	(16.875)
	<u>(1.341.043)</u>	<u>(857.572)</u>

16. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2016	2015
Serviços prestados por pessoa jurídica e física	(1.765.387)	(1.778.730)
Locações	(136.158)	(112.407)
Serviços de água e esgoto	-	(419)
Energia elétrica	(5.568)	(6.335)
Viagens e estadias	(690.353)	(432.148)
Telefonia e internet	(21.808)	(20.987)
Transportes	-	(28.348)
Refeições	(17.514)	(17.128)
Feiras e Evento	(122.020)	(5.288)
Depreciações e amortizações	(11.128)	(16.275)
Manutenções	-	(16.966)
Licença de Software	-	(11.470)
Materiais de consumo e outros	(15.708)	(23.700)
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	(8.700)	-
Outros	(36.088)	(30.550)
	<u>(2.830.432)</u>	<u>(2.500.751)</u>

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro 2016 e 2015
(Valores expressos em Reais)

17. Receitas e despesas financeiras

Descrição	2016	2015
Rendimento de aplicações financeiras	65.476	75.408
Juros ativos	11.211	-
Atualização monetária	826	-
Descontos concedidos	1.325	-
	<u>78.838</u>	<u>75.408</u>
Tarifa bancária	(15.906)	(10.892)
IOF e IOC	(4.751)	(9.815)
Abono de anuidades	-	(8.400)
Outras despesas financeiras	(1.501)	(1.179)
	<u>(22.159)</u>	<u>(30.286)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>56.679</u>	<u>45.122</u>

18. Cobertura de seguros (não auditado)

A Entidade mantém cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As premissas de riscos, dadas as suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores.

19. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após o encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2016, até a data de emissão do relatório de auditoria.